



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

AMANDA CAROLINA SILVA PEREIRA

**A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO: ESTUDO DE CASO NUMA
MICROEMPRESA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB.**

**CAMPINA GRANDE - PB
2017**

AMANDA CAROLINA SILVA PEREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Departamento do Curso de
Ciências Contábeis, da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do grau de bacharela em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Msc. Manuel Soares Silva.

CAMPINA GRANDE - PB
2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P436e Pereira, Amanda Carolina Silva.

A importância do controle interno [manuscrito] : estudo de caso numa microempresa localizada no município de Campina Grande - PB. / Amanda Carolina Silva Pereira. - 2017.

26 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Prof. Me. Manuel Soares Silva, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Controle interno. 2. Microempresa. 3. Ferramenta de controle. 4. Pequena empresa.

21. ed. CDD 657.904 2

AMANDA CAROLINA SILVA PEREIRA

**A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO: ESTUDO DE CASO NUMA
MICROEMPRESA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE-PB.**

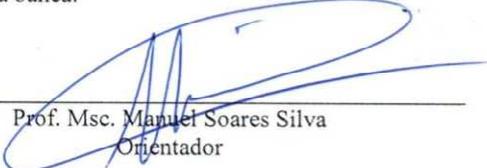
Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovado em sua forma final.



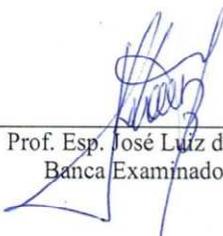
Professor Esp. Cláudio de Oliveira Leôncio Pinheiro
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso

Aprovado em: 07 / 12 / 2017

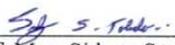
Professores que compuseram a banca:



Prof. Msc. Manuel Soares Silva
Orientador



Prof. Esp. José Luiz de Sousa
Banca Examinadora



Prof. Msc. Sidney Soares de Toledo
Banca Examinadora

CAMPINA GRANDE - PB
2017

SUMÁRIO

1.Introdução.....	04
2.Referencial Teórico.....	06
3.Aspectos Metodológicos.....	18
4.Estudo de Caso.....	20
5.Considerações Finais	22
6.Referências	

RESUMO

O controle interno representa os mecanismos adotados na busca da eficácia como forma de maximizar resultados, detectando possíveis falhas, irregularidades e desvios em uma organização. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo principal identificar como ocorrem as práticas de controles internos numa microempresa localizada no município de Campina Grande-PB. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem descritiva, que utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica para o embasamento teórico. Conclui-se que a empresa possui algumas ferramentas de controle. Porém, os procedimentos utilizados não atendem suas necessidades, o que pode ser explicado pela falta de conhecimento/capacitação do gestor e de profissionais qualificados. Para resolução do problema foram sugeridas algumas práticas, como a utilização de planilhas para os setores de contas a pagar e contas a receber, bem como a necessidade de contratação de funcionários já que a empresa está aumentando a demanda de serviços.

Palavras chave: Controle Interno; Microempresa; Ferramentas de Controle.

1. Introdução

Devido ao processo de globalização, a gestão das Micro e Pequenas Empresas estão tornando-se complexas, em virtude da necessidade de se adequarem a um ambiente bastante competitivo. Desse modo, através de uma boa gestão dos negócios, torna-se possível o alcance do crescimento empresarial e a obtenção de melhores resultados.

No Brasil, as Micro e Pequenas Empresas vêm exercendo um papel importante na economia, proporcionando uma considerável relevância na geração de empregos e renda.

O Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – Sebrae (2015) realizou uma pesquisa, divulgada em Julho de 2014, com a parceria da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sobre a participação dos pequenos negócios no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. O resultado foi muito positivo: em 2001, o percentual era de 23,2% e, em 2011, atingiu 27%. Ou seja, mais de um quarto do PIB brasileiro é gerado pelos pequenos negócios, os grandes responsáveis pela geração de emprego no País.

Por serem beneficiadas através de políticas específicas para a sua sobrevivência, como por exemplo, a instituição da Lei Complementar Federal 123/2006, conhecida como o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, os empreendedores necessitam buscar auxílio para se adequarem as normas e garantir a permanência no mercado.

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela UEPB. E-mail: <amandacspp@gmail.com>.

O estatuto beneficia de tal forma o desenvolvimento das empresas, contribuindo por sua vez para uma vasta oportunidade de crescimento, através da facilidade na abertura e fechamento de empresas, simplificação de pagamento de impostos, menor burocracia ao acesso ao crédito, entre outros incentivos.

O desenvolvimento destas empresas não está limitado apenas a incentivos, é necessário obter mecanismos para assessorar as empresas nas decisões dos gestores, possibilitar precisão a ponto de garantir a obtenção de seus objetivos, isso torna fundamental a utilização de ferramentas eficazes e, sobretudo eficientes.

Um motivo que tem sido levantado para estudo é o fato de que a maioria das empresas não conta com um sistema de gestão eficaz. Machado e Espinha (2005 *apud* Albuquerque 2013) afirmam que na maioria das pequenas empresas, falta um sistema de informações gerenciais, pois o processo de gestão é informal e não observa todas as etapas do processo estruturado.

O controle interno é de grande relevância para a administração, sendo instrumento de apoio e excelente ferramenta de gestão para conseqüente sucesso da empresa. São fontes de absorção de dados contábeis, que são essenciais para que o contador gere informações corretas e espelhem a real posição do patrimônio da empresa.

Diante do que foi aqui exposto, surge um estudo com o seguinte questionamento: **como ocorrem as práticas de controles internos numa microempresa localizada no município de Campina Grande-PB?**

O presente artigo tem como objetivo principal identificar como ocorrem as práticas de controles internos numa microempresa localizada no município de Campina Grande-PB.

Para atingir o objetivo geral faz-se necessário os seguintes objetivos específicos:

- Evidenciar a Contabilidade como um Sistema de Informação;
- Caracterizar o Controle Interno para as empresas;
- Apresentar o conceito e as características das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

O estudo se justifica em virtude da necessidade de revisar os processos gerenciais, pois precisam de planejamento e controle para manter as atividades de forma organizada, gerando os resultados esperados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Contabilidade como Sistema de Informação

Para Carvalho (2008), a contabilidade é a ciência que controla o patrimônio das entidades e tem existência milenar, possui a responsabilidade de informar, ao longo dos anos, a movimentação das riquezas patrimoniais das entidades.

Segundo Barros (2002, p.01), a Contabilidade é um instrumento de grande importância. Desse modo, independente do porte da empresa, segmento e sua forma de tributação torna-se necessário e de grande relevância a contabilidade. Os administradores e sócios visam o lucro e a continuidade da empresa, mas o objetivo só será alcançado se houver um acompanhamento das atividades através da fidedignidade das informações. Muitas vezes o fato do empresário não extrair informações por parte dos contadores, fragiliza o processo de tomada de decisões, uma vez que deixam de obter benefícios nas informações geradas pela contabilidade, que são de grande utilidade.

Aprovada a primeira definição oficial de contabilidade no Brasil, realizado em setembro de 1924, o I Congresso Brasileiro de Contabilidade dispõe o seguinte: “A Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro relativo aos atos e fatos da administração econômica.”. Trata-se, especificamente, do estudo e do controle do patrimônio das empresas, por meio dos registros contábeis dos fatos e das respectivas demonstrações dos resultados produzidos, ajudando no processo de tomada de decisões de pequenos e grandes negócios.

Marion (2009 b, p.41) define a Contabilidade como um instrumento que auxilia a administração a tomar decisões.

Segundo Hilário Franco (1997, p. 21):

“A Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.”

Tem como finalidade fornecer diversas informações úteis para a tomada de decisão dentro e fora da empresa, assim tornando possível conhecer a estrutura econômica e financeira da entidade, utilizando registros acumula e resume dados relacionados com o patrimônio da empresa, levando a facilidade de sua interpretação. Tem-se como objeto o patrimônio, que é composto pelos bens, direitos e obrigações de uma entidade econômico-administrativa.

Para Iudícibus, et al (1998), a Contabilidade, é uma metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente, seja esta pessoa física, entidade de finalidade não lucrativa, empresas, seja mesmo pessoa de Direito Público, tais como Estado, Município, União, Autarquia, entre outros.

Entende-se que é papel da contabilidade, registrar e estudar todas as movimentações possíveis de mensuração monetária, resumir os dados registrados em forma de relatórios e entregá-los aos diversos usuários das informações contábeis.

2.2 Contabilidade para Micro e Pequenas Empresas

Devido aos avanços da economia brasileira nos últimos anos, os pequenos negócios obtiveram participação relevante no PIB brasileiro. Segundo o Sebrae (2014), em valores absolutos, a produção gerada pelas micro e pequenas empresas quadruplicou em dez anos, saltando de R\$ 144 bilhões em 2001 para R\$ 599 bilhões em 2011, em valores da época.

Sendo assim, torna-se necessário uma escrituração contábil diferenciada para os pequenos negócios levando em consideração o tamanho do porte, o seu volume de transações e o faturamento.

O Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução 1.418/2012, instituiu a ITG 1000 – Interpretação Técnica Geral para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Tem por objetivo estabelecer critérios e procedimentos contábeis simplificados para o registro das transações e operações que são comumente observadas na realidade das microempresas e empresas de pequeno porte.

Desse modo, a ITG 1000 trata-se de um modelo contábil que visa simplificar os procedimentos contábeis, dando oportunidade à microempresa adotar uma norma com menos exigências.

Após adotar esta Interpretação Técnica, as empresas devem apresentar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social e, em caso de necessidade, poderá elaborá-los em períodos intermediários.

De acordo com a ITG 1000, o Plano de Contas simplificado deve ser elaborado considerando-se as especificidades e natureza das operações realizadas, bem como deve contemplar as necessidades de controle de informações no que se refere aos aspectos fiscais e gerenciais.

2.3 Interessados nas Informações contábeis:

- Os proprietários e sócios de empresas;
- Os investidores;
- Os empregados das empresas;
- Os fornecedores e financiadores;
- Governos;
- Público em Geral.

2.4 Conceitos de Controle e Controle Interno

O controle baseia-se em orientar e fiscalizar de forma organizada os negócios que são realizados no cotidiano. De acordo com Gil et. al.(2013), o termo foi inserido no vocabulário técnico de negócios com a finalidade de indicar inspeção ou exame, que se processa nos papéis e nas operações registradas a cada momento nos estabelecimentos industriais e comerciais.

Segundo Schmidt e Santos (2006, p. 71), o controle: “Caracteriza-se como uma atividade que mede, avalia e indica, caso seja necessário, a correção dos rumos buscando atingir os objetivos e os planos de negócio”.

Em termos gerais, o controle consiste em fazer com que as atividades sejam desenvolvidas dentro dos padrões estabelecidos, entende-se como sendo um agente corretivo que atua no processo para verificar se atividades estão de acordo com o resultado esperado.

O controle consiste fundamentalmente em um processo que guia a atividade exercida para um fim previamente determinado. Para o autor Chiavenato (1997, p.273) o controle interno tem como finalidade: assegurar que os resultados daquilo que foi planejado, organizado e dirigido se ajustem tanto quanto possível aos objetivos previamente estabelecidos. A essência do controle reside na verificação se a atividade controlada está ou não alcançando os objetivos ou resultados desejados.

O controle interno representa em uma organização os instrumentos destinados à vigilância de seu patrimônio, detectando possíveis falhas, irregularidades e desvios na organização. Faz-se necessário que as empresas desenvolvam procedimentos estratégicos de decisão e controle, resguardando-se de possíveis impactos negativos na sua lucratividade.

Para Attie (1998, p.112):

“O plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.”

Como procedimentos para a empresa os métodos e medidas de controle visam garantir a eficiência dos objetivos fixados de seus planos.

O controle interno consiste em guiar as atividades, determinando o que precisa ser feito e suas possíveis alterações para garantir o alcance de metas na entidade.

2.5 Objetivo e Papel do Controle Interno

O controle interno tem como objetivo assegurar a continuidade da empresa, podendo acompanhar a mesma nas execuções dos atos e assim prevenir ou corrigir as ações a serem desempenhadas, prevenindo a ocorrência de erros graves e que possam prejudicar a empresa.

Segundo Attie (2010, p.155), o controle interno possui quatro objetivos: a salvaguarda dos interesses da empresa; precisão e confiabilidade das informações e relatórios contábeis, financeiros e operacionais; o estímulo à eficiência operacional; e aderência as políticas existentes.

Devido aos desafios enfrentados pelos administradores diante da globalização e a competitividade, se faz necessário que a empresa amplie seu patrimônio e é certo que possam enfrentar o constante desafio de determinar até onde ela pode ir e o quanto vai interferir no esforço para a obtenção de lucro às partes interessadas. O controle interno tornou-se uma ferramenta indispensável para a prevenção de erros, fraudes, atos ilícitos de certos funcionários e desperdícios desnecessários ao patrimônio da empresa.

Franco (1992 p. 208) define como objetivos primordiais do controle interno “fornecer à contabilidade dados corretos e conferir a exatidão da escrituração; e evitar alcances, desperdícios, erros e, se ocorridos, identificá-los”.

O controle interno traz benefícios ainda mais amplos, mesmo diante da eficiência e eficácia alcançada pelo uso do mesmo, pode-se auxiliar uma empresa a se tornar mais competitiva, já que ao obter uma melhor fiscalização, esta poderá fornecer serviços com maior qualidade a seus clientes, podendo ser inserida em novos mercados.

O porte da empresa não se torna relevante quando se trata da importância do controle interno, pois mesmo sendo uma empresa pequena que está iniciando suas atividades, possui a necessidade de controles essenciais para a melhoria de seu desempenho gerencial.

O controle interno necessita de um ambiente favorável, ou seja, para que venha realizar o seu objetivo maior se faz necessário a implantação de um sistema de controle interno, e para isto, devem ser seguidos alguns princípios que trazem conceitos e diretrizes básicas para a implantação dos mesmos, conhecido como “princípios fundamentais de controles internos”. Portanto, segundo Bordin e Saraiva (2005) uma empresa necessita munir-

se de relatórios e sistemas que sejam confiáveis e eficientes. A empresa requer auxílio para garantir o seu patrimônio contra quaisquer perdas e riscos devidos a erros ou irregularidades.

2.6 Princípios Fundamentais de Controle Interno

De acordo com Migliavacca (2002), os princípios de um sistema de controles internos devem levar em consideração as características específicas de cada organização, razão pela qual são necessários cuidados apropriados na implantação, manutenção e avaliação dos controles internos de cada empresa, e ainda, encontrar o tratamento adequado a cada organização.

A evolução organizacional impõe constantes mudanças no sentido de adaptação às novas circunstâncias. Faz-se necessário a busca por se manter dentro de um mercado altamente competitivo, e que podem vir a gerar prejuízos na empresa. Os princípios fundamentais do controle interno adotado pela empresa são os seguintes:

- a) **Responsabilidade:** Deve-se determinar a devidas responsabilidades a empresa, definindo e limitando, de preferência por escrito, mediante manuais internos da organização, estabelecendo atribuições aos funcionários ou setores internos. Assim, assegura os procedimentos de controle e detecta erros e irregularidades.
- b) **Rotinas internas:** Após estabelecer os manuais é necessário que a empresa defina todas as suas rotinas internas. Que compreende: formulários internos e externos, instrução para preenchimento e destinação dos formulários; evidência da execução dos procedimentos internos de controle, procedimentos internos dos diversos setores da empresa.
- c) **Acesso aos ativos:** A empresa precisa proteger os seus ativos contra qualquer situação indesejável, assim faz-se necessário limitar o acesso dos funcionários aos ativos e estabelecer controles físicos sobre esse.
- d) **Proceder a Segregação de Funções:** Consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis.
- e) **Confronto dos Ativos com Registros:** Devem-se estabelecer procedimentos, sob a responsabilidade de alguns funcionários, para que os ativos sejam periodicamente confrontados com os registros da contabilidade, com o objetivo de detectar registros

contábeis inadequados ou até mesmo desfalque de bens. São exemplos: contagem física de caixa, conciliação bancária, inventário físico de estoques, etc.

- f) Estabelecer Amarrações do Sistema: O sistema deve ser concebido de maneira que sejam registradas apenas as transações autorizadas, por seus valores corretos e dentro do período de competência.
- g) Proceder a Auditoria Interna: Verificar periodicamente se os funcionários estão cumprindo com o que foi estabelecido no sistema de controle interno, analisando se é necessário se adaptar às novas circunstâncias.

2.7 Sistema de Controle Interno – SCI

O Sistema de Controle Interno - SCI vem ganhando espaço no Brasil, mas ainda existem empresários que desconhecem ou não dão a devida importância ao sistema. As empresas necessitam tomar decisões e, na maioria das vezes, se baseiam nas informações contábeis que precisam ser confiáveis e seguras, e se estas estiverem distorcidas podem levar a conclusões erradas e danosas para a empresa, afetando a tomada de decisão.

Como parte de sua função, o SCI, é um instrumento necessário ao processo de gestão, propicia uma razoável margem de garantia de que os objetivos e metas serão atingidos de maneira eficaz e eficiente, detectando e corrigindo erros e procedimentos ilegais ou fraudulentos dentro de um curto prazo, evitando assim a ocorrência dos mesmos.

"O sistema de controle interno é o conjunto de unidades técnicas, articuladas a partir de um órgão central de coordenação, orientadas para as desempenhadas atribuições de controle interno", afirma Cavalheiro (2003, p.41).

Para Chiavenato (1997): "Cada organização requer um sistema básico de controle para monitorar seus recursos financeiros, desenvolver relações de trabalho, analisar seu desempenho e avaliar a produtividade operacional". A estrutura do SCI depende da eficácia e da estrutura do sistema, no decorrer das atividades é necessário analisar a qualidade das informações geradas.

O sistema fornece aos gestores informações para a tomada de decisões e desempenho de atribuições dos setores, portanto, o SCI compreende o plano de organização com métodos e medidas adotadas para proteger o patrimônio da entidade; o sistema de autorização e pessoal qualificado. Attie (1992 p. 112) diz que, "controle interno compreende todos os meios

planejados numa empresa para dirigir, restringir, governar e conferir suas várias atividades com o propósito de fazer cumprir os seus objetivos.”.

Crepaldi (2006) diz: “não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno sem que alguém o verifique periodicamente.” É importante que os colaboradores estejam cumprindo o que foi determinado no sistema, ou manter-se atento para as possíveis adaptações às novas circunstâncias.

Logo se faz necessário a manutenção frequente do sistema de controle interno, sendo de grande relevância para a verificação do cumprimento do que foi planejado no sistema por parte dos colaboradores, para um melhor controle de suas atividades.

De acordo com o Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados: “O sistema de Controle Interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotadas na empresa para salvaguardar seus ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados contábeis, desenvolver a eficiência nas operações e estimular o seguimento das políticas administrativas prescritas”.

2.8 Categorias do Controle Interno

Para alcançar uma boa gestão é essencial um controle interno adequado, bem estruturado pela administração, que podem ser implantados em qualquer área da empresa, e assim obter um melhor controle de suas atividades permitindo que os objetivos sejam cumpridos de forma eficiente e eficaz.

Crepaldi (2006) diz que: “não existe uma terminologia universal para descrever as categorias de controles internos, entretanto podemos classificá-los segundo suas finalidades”. De acordo com as classificações temos:

- Controle do sistema de informação:

É um conjunto de procedimentos que é responsável pela coleta, armazenamento, registro e o processamento de dados. Com isso, permite uma obtenção de informações adequadas e oportunas, permitindo a identificação de possíveis erros, através de relatórios detalhados de diferentes setores da empresa. E assim, faz-se necessário um sistema de informações que facilite e auxilie aos gestores nas tomadas de decisões; identificando e prevenindo erros e falhas.

- Controles organizacionais:

É necessário estabelecer uma estrutura organizacional adequada, devido aos diversos setores e departamentos, com a finalidade de administração e supervisão das transações.

Desse modo, a empresa deve delegar autoridades, atribuir responsabilidades aos colaboradores, através do seu manual, organograma e fluxograma. Sendo assim, o trabalho será executado por pessoas e setores independentes.

- Controle de procedimento:

Para Padilha (2011) elaborar o plano de organização é de importância vital para que o pessoal compreenda claramente suas funções e responsabilidades, sendo conveniente, para tanto, que existam normas de procedimentos devidamente documentadas.

É importante elaborar o plano da organização, que tem como objetivo definir claramente as funções e atividades de cada funcionário. Para obter os controles de procedimentos é importante a observação e análise dos procedimentos estabelecidos pela empresa. Assim, se torna possível verificar se cada colaborador está cumprindo com as normas de procedimentos estabelecidos.

2.9 Tipos de Controle Interno

O sistema de controle interno pode ser discriminado em controles administrativos, que correspondem ao plano organizacional relacionado a atingir os objetivos da empresa, e também em controles contábeis, que correspondem a todas as medidas que são necessárias para resguardar os ativos e o patrimônio da empresa.

Migliavacca (2002 p. 17 e 18) em sua definição no *American Institute of Certified Public Accountants*, diz que “Controles internos, em seu sentido amplo, incluem os controles que podem ser caracterizados como administrativos ou contábeis”.

a) Controle Administrativo

O controle administrativo corresponde ao plano da organização, todas as medidas e métodos adotados em uma empresa relacionados com a eficiência operacional e promover obediência às políticas de negócios estabelecidas, fazendo com que a empresa obtenha um cumprimento dos deveres e funções, uma melhor qualificação de pessoal e assim estabelecendo autorizações que ligam os controles às responsabilidades.

Para Attie (1998), correspondem a controles administrativos o plano da organização e todos os métodos e procedimentos relacionados com a eficiência operacional e voltados para a política de negócios da empresa, bem como seus registros financeiros. Geralmente são estruturados para obter certeza das escriturações feitas e se estão sendo executadas de acordo com os planos da empresa.

São exemplos de controle administrativos, segundo Almeida (2003 p.63 e 64),: “análises estatísticas de lucratividade por linha de produtos, controle de qualidade, treinamento de pessoal, estudos de tempos e movimentos, análise das variações entre os valores orçados e os incorridos e controle dos compromissos assumidos, porém não realizados economicamente”.

b) Controle Contábil:

Os controles contábeis compreendem o plano de organização que é o conjunto de recursos, métodos e todos os procedimentos utilizados para proteger os bens, direitos e obrigações, assegurar a veracidade dos componentes do patrimônio e garantir a confiabilidade dos dados contábeis.

Almeida (2003), afirma que: os objetivos dos controles contábeis são proteger os ativos e produzir dados contábeis confiáveis, enquanto que os objetivos dos controles administrativos consistem em ajudar a administração na condução ordenada dos negócios.

Conforme Almeida (2009, pag. 63), são exemplos de controles contábeis: sistemas de conferências, aprovação e autorização; segregação de funções; controles físicos sobre ativos; auditoria interna.

É importante esclarecer a distinção entre estes conceitos do tipo de controle, já que o controle contábil preocupa-se com os princípios que guardam o patrimônio e registros da empresa, e os controles administrativos são voltados aos interesses da operação da empresa.

2.10 Microempresa

A Microempresa e Empresas de Pequeno Porte, denominadas por Micro e Pequenas Empresas (MPE), nas últimas décadas, vem exercendo um papel importante dentro da estrutura de produção da economia brasileira, em virtude da quantidade de novas empresas existentes e do significativo volume de mão-de-obra absorvido e a geração de um considerável aumento da renda interna. São essenciais para a economia e têm sido cada vez mais alvo de políticas específicas para facilitar sua sobrevivência, como, por exemplo, a Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas.

Com o crescente aumento dessas empresas há uma necessidade de seus gestores utilizarem ferramentas de controle interno disponíveis para identificar as possíveis oportunidades diante do mercado, pois é imprescindível o controle e fiscalização de diversos setores.

As mudanças vêm ocorrendo de forma mais intensa, com uma acirrada competição, desta forma há maior exigência por parte dos consumidores e a necessidade de que a informação seja adquirida em tempo hábil. Torna-se relevante o conhecimento do gestor a respeito de seus processos internos e que o mesmo esteja atento ao ambiente externo para que possa planejar de forma estratégica e assim sobreviver no mercado. Nas grandes empresas observa-se que há melhores condições de detectar essas mudanças no mercado onde atuam, pelo fato de possuírem grande estrutura, capital para investimento e mão-de-obra qualificada, assim podem usufruir dos benefícios que oferece o mercado, podendo adotar alternativas e soluções que resultem em uma maior lucratividade. No entanto, não acontece o mesmo com as microempresas e pequenas empresas, não conseguindo identificar e poder se adaptar rapidamente na velocidade ideal acaba acarretando resultados negativos, como o exemplo de fechamento de empresas.

No Brasil, nos últimos anos, houve um forte aumento na criação de micro e pequenos negócios causando relevância na geração de empregos e renda. Segundo Sebrae, em estudos publicados em Fevereiro de 2015, as informações a seguir corroboram tal afirmativa em diversas dimensões da realidade nacional:

- No Brasil têm-se 60% do PIB no âmbito das MPE, o que representou em 2011 cerca de 570 bilhões de Reais; pode-se estimar que, em 2013, esse valor terá chegado a cerca de 640 bilhões de Reais;

Ainda, conforme a pesquisa citada acima, a importância das MPE, no período 2009-2011, é realçada em todas as dimensões e em todas as atividades. Para o Brasil constata-se que:

- No setor de Serviços, as MPE geraram 36,3% do total do Valor Adicionado do setor; representavam 98,1% do número de empresas; empregaram 43,5% dos trabalhadores; e pagaram 27,8% das remunerações de empregados no período;
- No setor de Comércio, as MPE geraram 53,4% do total do Valor Adicionado do setor; representavam 99,2% do número de empresas; empregaram 69,5% do pessoal ocupado no setor; e pagaram 49,7% das remunerações dos empregados do setor no período;
- No setor Industrial, as MPE geraram 22,5% do Valor Adicionado do setor; representavam 95,5% do número de empresas; empregaram 42% do pessoal ocupado no setor; e pagaram 25,7% das remunerações de empregados no período.

As Micro e pequenas empresas ganharam impulso diante das políticas adotadas em seu favor, proporcionando uma verdadeira revolução no ambiente desses empreendimentos.

Segundo o diretor executivo do Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia (Cietec), incubadora de empresas da Universidade de São Paulo (USP) Sergio Rocha afirma que: “Pequenas empresas são o sustentáculo de uma economia em qualquer lugar do mundo. São elas que agregam valor a produtos e serviços”.

Com isso, o crescimento de novas empresas tende a gerar impactos expressivos na economia brasileira, e gera maior oferta de empregos, melhoria salarial, ampliação na arrecadação de impostos e uma melhor distribuição de renda.

O movimento pela valorização das microempresas, no Brasil, despontou mais fortemente a partir dos anos 80, um conceito criado pela Lei nº 7.256/84 e atualmente, regulado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, que estabelece normas também para as empresas de pequeno porte, com a inclusão dos artigos 170 e 179 na Constituição Federal de 1988, instituindo que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios deveriam conceder às microempresas e empresas de pequeno porte, tratamento diferenciado, simplificado e favorecido nos campos administrativos, tributário, trabalhista, crédito e de desenvolvimento empresarial.

A Lei Geral representa grande importância no segmento econômico do país, abrindo uma vasta oportunidade para a regularização dos mais de 10 milhões de empresas que vivem na informalidade, oferece uma maior justiça tributária, simplifica o pagamento de impostos, diminui a burocracia para abertura e fechamento de empresas, facilita o acesso de crédito, estimula a exportação, entre outras inovações, sendo de total relevância para a atividade produtiva nacional.

De acordo com a cartilha elaborada pelo SEBRAE (2007), sobre A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, consideram-se os principais benefícios previstos na Lei Geral:

- Regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive com simplificação das obrigações fiscais acessórias;
- Desoneração tributária das receitas de exportação e substituição tributária;
- Dispensa do cumprimento de certas obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- Simplificação do processo de abertura, alteração e encerramento das MPEs;
- Facilitação do acesso ao crédito e ao mercado;

- Preferência nas compras públicas;
- Estímulo à inovação tecnológica;
- Incentivo ao associativismo na formação de consórcios para fomentação de negócios;
- Incentivo à formação de consórcios para acesso a serviços de segurança e Medicina do trabalho;
- Regulamentação da figura do pequeno empresário, criando condições para sua formalização;
- Parcelamento de dívidas tributárias para adesão ao Simples Nacional.

2.10.1 Definição de Micro empresa e Empresa de Pequeno Porte

Há certa dúvida quando se fala em microempresa e empresa de pequeno porte. Apesar de serem categorias parecidas, possuem diferenças importantes quanto a sua definição. Dessa maneira a diferença entre esses tipos de empresas é definida na Lei Geral, e que tem a ver com o faturamento anual da empresa.

De acordo como o Estatuto Nacional da Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral), a mesma uniformiza o conceito de micro e pequena empresa ao enquadrá-las com base em sua Receita Bruta Anual:

Quadro 1: Receita Bruta Anual

Receita Bruta Anual		
Categoria	2017	A partir de 2018
Microempresa (ME)	Até R\$ 360.000,00	Até R\$ 360.000,00
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	Entre R\$ 360.000,00 e R\$ 3.600.000,00	Entre R\$ 360.000,00 e R\$ 4.800.000,00

Fonte: Lei Complementar nº 123/2006.

Conforme quadro acima, nota-se que para uma sociedade empresária ou empresário se enquadrarem como microempresa devem auferir uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00. Já para ser considerada uma Empresa de Pequeno Porte deve-se auferir uma receita bruta anual entre R\$ 360.000,01 e R\$ 3.600.000,00.

Com a aprovação da Resolução CGSN Nº 135, de 22 de Agosto de 2017, o Comitê Gestor do Simples Nacional altera os limites de faturamento a partir do ano de 2018. O teto de faturamento das Empresas de Pequeno Porte aumentará para R\$ 4.800.000,00.

A Lei Geral também criou o Micro empreendedor individual, que é a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário optante pelo Simples Nacional, com receita bruta anual de até R\$ 60.000,00. O micro empreendedor pode possuir um único empregado e não pode ser sócio ou titular de outra empresa.

De acordo com a Lei Complementar nº 155, de 27 de Outubro de 2016, o limite de faturamento anual para o Micro Empreendedor Individual aumentará para R\$ 81.000,00 a partir do ano de 2018.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipologia da Pesquisa

A tipologia da pesquisa pode ser classificada através de dois critérios. Gil (2008), e Vergara (2000), concordam entre si ao mencionar que a pesquisa pode classificar-se com base em seus objetivos (quanto aos fins) e com base em seus procedimentos (quanto aos meios).

Portanto, quanto aos fins o presente estudo é de cunho descritivo. Os estudos do tipo descritivo têm como principal objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (PRODANOV; FREITAS, 2013). Descritiva porque visa compreender a contribuição do controle interno, enquanto ferramenta gerencial, no processo decisório de uma microempresa.

No que se refere aos meios, à pesquisa será bibliográfica, porque para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho será realizada investigação sobre os assuntos pertinentes ao tema central do estudo. Uma pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, ou seja, desenvolve-se com base em material acessível ao público em geral. É capaz ainda de fornecer instrumento analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, podendo também esgotar-se em si mesma (VERGARA, 2000).

O tipo de pesquisa foi um estudo de caso que de acordo com Roesch (1999) é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto. Desse modo, através do estudo de caso, torna-se possível compreender e explorar os acontecimentos, identificando possíveis soluções.

3.2 Unidade de Estudo de Caso

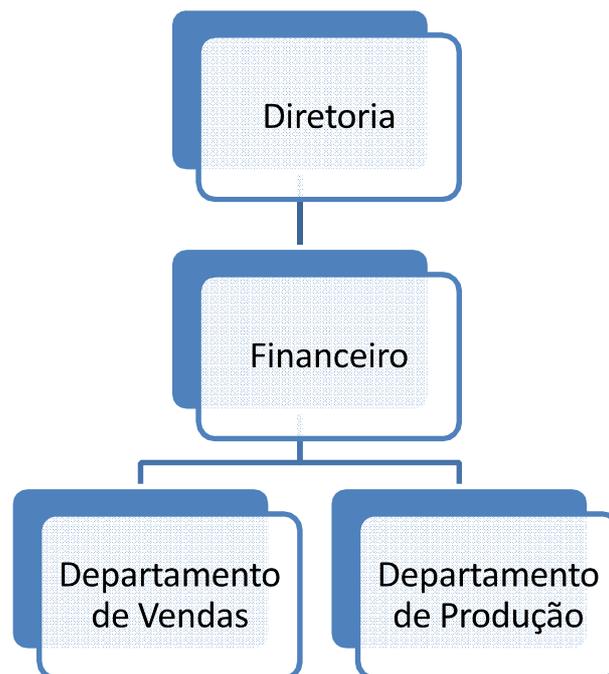
A empresa atua a 4 anos no mercado no segmento de Comunicação Visual. Enquadra-se, conforme referencial teórico, como Microempresa, pelo fato de sua receita bruta ser igual ou inferior a R\$360.000,00. Sua característica é a prestação de serviços comprovada através

de suas práticas de aplicação de adesivos, instalação de painéis publicitários; edição de jornais diários, fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos; outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente; impressão de material para outros usos; edição de revistas; promoção de vendas; marketing direto; produção de artefatos estampados de metal; fabricação de esquadrias de metal; impressão de material para uso publicitário. Seu primeiro contrato social foi registrado no ano de 2013. Constituída e estabelecida na Cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba onde atua até hoje.

3.3 Estrutura Organizacional

A empresa possui 3 (três) colaboradores diretos e 2 (dois) indiretos. Não apresenta um organograma definido, entretanto, segue elaboração de organograma para facilitar o entendimento de sua hierarquia. Sua estrutura é da seguinte forma:

Quadro 2: Organograma da empresa



Fonte: Elaboração própria, 2017.

3.4 Coleta de dados

Segundo Monezi e Filho (2005) as visitas técnicas auxiliam na formação geral dos acadêmicos, buscando aliar teoria e prática. Esta atividade visa, também, proporcionar conhecimentos de diferentes realidades tecnológicas, propiciando aos alunos um aprendizado mais efetivo na observação das inúmeras variáveis que influenciam os processos produtivos.

A coleta do material da pesquisa realizou-se buscando a literatura sobre o tema em livros, artigos publicados, documentos eletrônicos e outras fontes bibliográficas disponíveis. Todos os dados coletados e informações analisadas são de natureza secundária, pois são informações levantadas que já sofreram algum tipo de tratamento acadêmico.

Para alcançar o objetivo proposto nesse estudo, a coleta de dados foi desenvolvida através de uma visita técnica na empresa, análise de documentos e formulários e em conversas informais entre o gestor e o pesquisador.

4. ESTUDO DE CASO

4.1 Procedimentos de Controle Interno

a) Sistema Contábil

A empresa possui a contabilidade terceirizada que implica no pagamento do serviço prestado, através de um contrato de prestação de serviços. As informações de receita e despesas são repassadas mensalmente pelo gestor da empresa via *internet*, e o escritório envia as guias de recolhimentos dos impostos para pagamentos.

É responsabilidade do escritório a elaboração da folha de pagamento de todos os colaboradores da empresa, fazendo os registros necessários e enviando os contra cheques ao final do mês.

Quanto aos relatórios contábeis, o escritório fornece relatórios com informações sobre a situação financeira da empresa, como os índices de lucratividade, fluxo de caixa, e capital de giro.

Colauto et al (2013) afirmam que a informação pode ser vista com instrumento para lidar com problemas relacionados à gestão do negócio, pois, em cenários competitivos, onde os gestores se deparam a todo o momento com a necessidade de tomar decisões, aqueles que souberem aplicá-la de forma eficaz podem alcançar posição de destaque diante dos concorrentes.

b) Contas a Pagar

O controle das contas a pagar é de grande importância, pois fornece informações para a tomada de decisão sobre a saída de recursos financeiros da empresa referente às atividades que são desenvolvidas na empresa, representando assim um desembolso de recursos.

O processo de compras realizadas pela empresa Print Express são efetuadas quando o gestor verifica a necessidade do produto, realiza o pedido ao fornecedor. O pagamento é feito

através de boleto bancário, e caso não seja possível, o pagamento é realizado através de cheque.

A empresa não realiza nenhum tipo de controle sobre os boletos bancários e não obtêm nenhuma forma de controle sobre se os boletos foram todos quitados. Como sugestão para controlar os pagamentos, foi sugerido ao gestor utilizar uma planilha contendo as informações sobre o número da nota fiscal, o valor e a data de vencimento e uma pasta para organizar por dias com vencimento dos boletos.

Desse modo, com este procedimento é possível obter um controle maior sobre as contas a pagar, bem como evitar o pagamento de juros ou pagamentos em duplicidade.

c) Contas a Receber

O processo das contas a receber se inicia quando realizado uma venda. Após a venda do produto ao cliente, o design responsável pela emissão do pedido e emite o DAP (Documento de Autorização de Pedido) neste inclui os itens, quantidade, acabamento, observações, valor total e por fim a forma de pagamento.

As formas de recebimento são realizadas de três formas: boletos bancários, em dinheiro ou em cartão de crédito após o serviço concluído.

A empresa utiliza planilhas simples, pouco eficientes para controlar os valores recebidos pela prestação dos serviços. Para obter um maior controle sobre os valores recebidos, recomenda-se a empresa utilizar planilhas com data da venda dos produtos, valor e nome do cliente para acompanhar se as vendas efetuadas foram recebidas, identificando com maior facilidade os clientes inadimplentes.

d) Departamento de Vendas

O Departamento de Vendas possui um funcionário que tem a função de design. Fica encarregado de atender as necessidades dos clientes, explana todo o projeto desejado do cliente e viabiliza o seu orçamento. Mantém contato direto com o cliente. Quando aprovado o orçamento, o projeto vai para a fila do setor de produção.

Alves (2015) relata que um dos aspectos mais importantes deste setor é a sua integração com os demais departamentos, uma vez que as vendas geram receitas que são essenciais para manter a operacionalização da atividade empresarial.

O procedimento utilizado para controlar as atividades do setor é feito através de planilhas que não permite a direção fazer uma comparação entre as vendas realizadas e as vendas esperadas. As planilhas encontravam-se desatualizadas, prejudicando a identificação

da matéria prima utilizada durante o período e se existia a necessidade de reposição do estoque.

e) Departamento de Produção

O Departamento de Produção é responsável pelo estudo e por fazer as medições do projeto solicitado. Quando necessário, envia ao setor de vendas as devidas observações para alteração no serviço e atende as solicitações de mudanças dos clientes. É dever do setor a produção de estruturas metálicas, usinagem e corte em chapas metálicas, instalação de placas, pinturas, soldagem, produção de banners de publicidade, produção de peças em poliestireno, acrílico e aplicação de adesivos. O responsável pela supervisão é o próprio empresário, que analisa e verifica o serviço através do projeto solicitado e autorizado pelo cliente. Devido a uma grande quantidade de serviços, não há possibilidade de uma excelente supervisão.

f) Controle de pessoal

Conforme afirma Tanaka (2012) ao desenvolver a estrutura de controle interno, um elemento importante é a segregação de funções, pois é importante definir as atribuições de funcionários, de modo que permita apurar as responsabilidades por qualquer erro, irregularidade ou fraude.

Alves (2015) afirma que para um sistema de controle interno funcione corretamente não depende apenas do planejamento efetivo da empresa, mas também da competência de todo pessoal envolvido, para levar adiante de forma eficiente e econômica os procedimentos.

Nota-se que, a falta de mão de obra qualificada prejudica todo processo de produção e acarreta no cancelamento das vendas. Desse modo, como a venda não foi efetiva, não há recursos disponíveis para o pagamento das obrigações, que muitas vezes acabam acarretando multas e juros, gerando altas despesas para a empresa.

Recomenda-se ao gestor, realizar reuniões e treinamentos periódicos repassando todas as informações necessárias aos colaboradores sobre suas funções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Controle Interno é um conjunto de métodos e medidas utilizados pelos gestores para assegurar a continuidade da empresa, protegendo o patrimônio, através do acompanhamento dos processos, e assim corrigir ações a serem desempenhadas, prevenindo de erros graves que possam prejudicar a empresa.

A empresa estudada mostra-se enquadrada no contexto de Controle Interno praticado no município no qual está localizada, pois a mesma possui algumas ferramentas de controle. Porém, os procedimentos utilizados não atendem as necessidades da empresa, o que pode ser explicado pela falta de conhecimento/capacitação do gestor e de profissionais qualificados, que compreenda o processo de trabalho dentro da empresa e o mercado no qual ela está inserida.

Para resolução do problema foram sugeridas algumas práticas, como a utilização de planilhas para os setores de contas a pagar e contas a receber, bem como a necessidade de contratação de funcionários já que a empresa está aumentando a demanda de serviços.

A divisão de tarefas entre os colaboradores não eram claramente definidas. É interessante que o gestor tenha conhecimento de todas as atividades da empresa, para assim delegar aos colaboradores suas funções.

Conclui-se que são várias as contribuições para a gestão empresarial oferecidas pela aplicação de um bom sistema de controle interno, pois é possível identificar ou prevenir erros/falhas e atingir a eficácia do processo e a continuidade da empresa, além de apresentar informações confiáveis ao processo decisório.

O trabalho teve suas limitações no sentido que não foi possível verificar todos os tipos de documentos transacionados pela empresa. Grande parte deles vivem em arquivo no respectivo escritório, no qual é realizada a contabilidade da entidade.

Assim, sugere-se que novas pesquisas nesta direção, sejam realizadas numa entidade de maior porte, onde nela esteja centralizadas toda sua contabilidade e documentos inerentes as práticas administrativas, fiscais, tributárias, entre outras.

ABSTRACT

Internal control represents the mechanisms adopted to find effectiveness when aiming maximizing results, detecting possible failures, irregularities and deviations in an organization. In this segment, the main objective of this study is to identify cases such as internal control practices in microenterprises located in the city of Campina Grande-PB. It is a case study, with a descriptive approach, which used a bibliographical research for the theoretical basis. We conclude that the company has some control tools. However, they're not enough to attend the company needs, which can be explained by lack of knowledge / qualification of the manager and of qualified professionals. In order to solve the problem some best practices employees to attend the increasing service demand.

Keywords: Internal control; Micro enterprise; Control Tools.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Alexandre Farias. **Fatores de mortalidade de pequenas empresas: análise de empresas do setor varejista a partir do ciclo de vida organizacional**. 2013.

ALVES, Andreane Maria Vasconcelos. **A importância do controle interno na gestão empresarial: um estudo de caso numa empresa do ramo de supermercado**, 2015. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/2038/6/A%20import%C3%A2ncia%20do%20controle_Monografia_Alves.pdf>. Acesso em: 15 Out. 2017.

ATTIE, Willian. **Auditoria Interna**. São Paulo: Atlas, 1992. 1a ed. 5a tiragem

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**; 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

BRASIL. **Lei Complementar nº 155, de 27 de Outubro de 2016**. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional. Brasília, 28 de Dezembro de 2016.

BRASIL. **Lei Complementar Federal 123, de 14 de Dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, 14 de Dezembro de 2006.

BRASIL. **Resolução CGSN n.º 135, de 22 de Agosto de 2017**. Altera a Resolução CGSN n.º 94, de 29 de Novembro de 2011, que dispõe sobre o Simples Nacional.

BRASIL. **Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, nº 1.418, de 05 de Dezembro de 2012**. Aprova a ITG 1000 - Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Diário Oficial da União, 21 de Dezembro de 2012.

CAVALHEIRO, Jader Branco. **A organização do sistema de controle interno dos municípios**. Porto Alegre: CRCRS, 2003.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental: teoria e prática**. 2. ed. rev. e aum. Curitiba: Juruá, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração: Abordagem prescritivas e normativas da administração**. 5º ed. São Paulo: Makron Books, 1997.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

COLAUTO, Romualdo Douglas; MOREIRA, Rafael de Lacerda; ENCARNAÇÃO, Luana Vogel; BISPO, Oscar Neto de Almeida. **A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas.** Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 10, n. 19, p. 119-140, 2013.

CREPALDI, Sívio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática.** 3. ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

DRUCKER, Peter F. **Introdução à Administração:** 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio de Loudeiro; ARIMA, Carlos Hideo; NAKAMURA, Wilson Toshiro. **Gestão: controle interno, risco e auditoria.** São Paulo: Saraiva, 2013.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; RANITZ, Stephen Charles; RAMOS, Alkindar de Toledo; CASTILHO, Edson; BENATTI, Luiz; FILHO, Eduardo Weber; JÚNIOR, Ramon Domingues. **Contabilidade Introdutória.** 9ª Ed, São Paulo:Atlas,1998.

MACHADO, Hilka, P. Vier; ESPINHA, Pedro Guena. **Reflexões sobre as dimensões do fracasso e mortalidade de pequenas empresas.** Revista Capital Científico, v. 3, n. 1, p. 51-64, 2005.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica / José Carlos Marion.** – 10. ed. 2. reimp. – São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Contabilidade empresarial.** São Paulo: Atlas, 1995.

MIGLIAVACCA, Paulo N. **Controles internos nas organizações.** São Paulo: Edicta, 2002.

MONEZI, Carlos A.; FILHO, Carlos O. Corrêa de Almeida. **A visita técnica como recurso metodológico aplicado ao curso de engenharia,** 2005. Disponível em: <<http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2005/artigos/SP-5-04209359831-1118661953275.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

PADILHA, Fabiano Bitencourt. **O controle interno como ferramenta de gestão: um estudo de caso em uma empresa de serviços,** 2011. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/469/O%20CONTROLE%20INTERNO%20COMO%20FERRAMENTA%20DE%20GESTAO%20-%20FABIANO%20BITEN.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PORTAL EDUCAÇÃO, **Definição de Micro e Empresa de Pequeno Porte,** 2013. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/administracao/artigos/42866/definicao-de-microempresa-e-empresa-de-pequeno-porte#ixzz46VExHgNr>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

Portal SEBRAE, **Lei Geral completa 10 anos e beneficia milhões de empresas,** 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/Conhe%C3%A7a-o>>

Observat%C3%B3rio-da-Lei-Geral-da-Micro-e-Pequena-Empresa>. Acesso em: 04 abr. 2016.

_____. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

_____. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**, Relatório Executivo, 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e55cdb1932bc40120b21bf4d277bb6ea/\\$File/5307.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e55cdb1932bc40120b21bf4d277bb6ea/$File/5307.pdf)>. Acesso em: 22 mai. 2016.

_____. **Sobrevivência das Empresas no Brasil: coleção estudos e pesquisas**, 2013. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_da_empresa_no_Brasil=2013.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2016.

_____. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**, 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

SCHMIDT, Paulo. SANTOS, José Luiz dos. **Fundamentos da controladoria**. São Paulo: Atlas S.A., 2006.

SILVA, Alessandro. **Conceito e Importância da Contabilidade**, 2012. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/artigos/678/conceito-e-importancia-da-contabilidade/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SOUZA, Luana Araujo; SOUZA, Romina Batista de Lucena de;. **A importância do controle interno em micro e pequenas empresas: estudo de caso em uma empresa prestadora de serviço preparatório para as provas de vestibulares**, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/109482/000921036.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágios e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalho de conclusão, dissertações e estudos de casos**. 2. ed. São Paulo, 1999.

TANAKA, Hideomi. **O controle interno como instrumento de indução da boa gestão pública**, 2012. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1674/1/CT_GPM_II_2012_11.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.